COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL - CDHMIR

REQUERIMENTO Nº

, DE 2025

(Do Sr. Reimont)

Requer a realização de mesaredonda no Quilombo São José da Serra, em Valença/RJ, para tratar de casos de violações de direitos dos quilombolas no Estado do Rio de Janeiro.

Nos termos do art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer-se a realização de mesa-redonda no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a ser realizada no Quilombo São José da Serra, em Valença/RJ, com o objetivo de debater as diversas formas de violações de direitos sofridas pelas comunidades quilombolas no Estado do Rio de Janeiro, bem como discutir estratégias de proteção, valorização e promoção dos direitos desses povos tradicionais.

Para contribuir com o debate, sugere-se o convite das seguintes instituições:

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN;
- Fundação Cultural Palmares; e
- Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro ACQUILERJ.

JUSTIFICAÇÃO





Câmara dos Deputados Deputado Federal REIMONT - PT/RJ

As comunidades quilombolas no Estado do Rio de Janeiro têm enfrentado sistemáticas violações de direitos, que vão desde a negação do acesso à terra, falta de reconhecimento institucional, ameaças e violência, até a exclusão de políticas públicas fundamentais, como saúde, educação e infraestrutura básica. A situação é particularmente grave em territórios como o Quilombo São José da Serra, em Valença/RJ, onde relatos de violações vêm se intensificando.

A Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887/2003 asseguram o direito à titulação dos territórios quilombolas e à preservação de sua cultura, mas a morosidade dos processos e a ausência de políticas efetivas têm gerado insegurança jurídica, conflitos e vulnerabilidade social.

Esta mesa-redonda tem como finalidade ouvir as lideranças quilombolas, reunir representantes de órgãos públicos, debater os principais entraves à efetivação dos direitos das comunidades e propor encaminhamentos concretos para o enfrentamento das violações, inclusive com foco na proteção do patrimônio material e imaterial desses povos.

A realização da atividade no território é estratégica para fortalecer a escuta ativa, valorizar a voz das comunidades e permitir que o Parlamento atue de forma mais comprometida e sensível à realidade dos quilombolas do Estado do Rio de Janeiro.

Sala da Comissão, em 5 de agosto de 2025.

Deputado Federal Reimont

PT/RJ



